



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de fornecimento de equipamentos e de garantia estendida, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX.

*Pelo presente instrumento a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. XXXXXXXX, estabelecida na Av. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileira, xxxxxxxx, portadora da Carteira de Identidade n. xxxxx SSP/xxx e do CPF n. xxxxxx doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 e proposta do contratado, e do Processo SEI 0006206-49.2020.6.12.8000, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais permanentes (empilhadeiras e acessórios) pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, bem como de prestação de garantia adicional à de responsabilidade original do fabricante, pelo prazo total (24 meses ou 2.000 horas), pelos defeitos e reparos necessários aos equipamentos fornecidos.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. xx/2020;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO E DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

2.1. As especificações e informações técnicas deverão atender às disposições do Capítulo II do Termo de Referência.

2.2. O fornecimento e a execução dos serviços devem obedecer às legislações pertinentes às atividades desenvolvidas, devendo, nos casos em que houver dúvida ou opção de execução, sempre apresentar a melhor e mais completa solução para o TRE/MS.

2.3. As condições de fornecimento dos equipamentos e as de prestação dos serviços estão dispostas no Capítulo II e III do Termo de Referência, respectivamente.

2.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

2.5. Os materiais deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, na cidade de Campo Grande/MS.

2.5.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

2.5.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12h00min às 18h00min, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016.

2.6. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao órgão requisitante solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

2.6.1. A solicitação de prorrogação do prazo de entrega será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, comunicando-se a empresa da decisão proferida.

2.7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

2.8. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, satisfeitas as condições previstas no Capítulo III do Termo de Referência.

2.8.1. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
- e) entrega da documentação obrigatória (manual, certificado de garantia, lista da rede de assistência técnica autorizada, etc.).

2.9. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

2.9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

2.10. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, com a verificação de operacionalidade e atendimento do equipamento aos requisitos deste Termo de Referência, sendo que para os itens: 1 (empilhadeira) e 6 (transpaleteira) deverá ser realizado por funcionário capacitado da contratada;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

2.11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

2.11.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4 a 6 do CAPÍTULO III do Termo de Referência.

2.12. Competirá à contratada arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

2.13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

2.13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

2.14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

2.15. A garantia será executada sempre que for identificada a necessidade de reparos por conta de defeitos que não sejam provenientes de danos ocasionados por fatores alheios à normal utilização do material ou equipamento.

2.16. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo II do Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

2.16.1. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

2.16.2. Para o item 01 (empilhadeira), a garantia incluirá todas as despesas decorrentes do deslocamento do técnico, além da substituição de peças (novas e originais).

2.17. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

2.17.1. Assim que notificada por escrito, a contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para enviar um técnico a fim de avaliar e reparar os defeitos constatados.

2.17.2. Sempre que realizada assistência técnica, deverão ser apresentados pela contratada relatórios com informações dos serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

2.17.3. Os equipamentos que apresentarem o mesmo defeito de forma intermitente deverão ser substituídos pela Contratada. E, para os efeitos deste dispositivo, serão considerados defeitos intermitentes, conforme o Código de Defesa do Consumidor, os que ocorrerem repetidamente por 3 (três) vezes ou mais em um prazo de 30 (trinta) dias corridos.

2.17.4. Se configurado defeito de fabricação com necessidade de substituição de peças defeituosas, a contratada terá mais 72 (setenta e duas) horas para efetuar a troca e restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contados a partir do dia subsequente ou da manifestação escrita, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pelo TRE/MS.

2.18. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver funcionando o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento dar-se-á sem qualquer ônus para o TRE/MS.

2.19. Para o item 01 (empilhadeira) a contratada deverá realizar a **entrega técnica**, expondo as funcionalidades operacionais, manutenibilidade, segurança, e checklist de pré-serviço do equipamento.

2.20. A empresa deverá providenciar a entrega técnica em no máximo 15 (quinze) dias, após ser comunicada sobre a entrada em operação do equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de **36 (trinta e seis)** meses, contados da sua assinatura, podendo ser extinto antes deste prazo pela total resolução do objeto contratado (final do prazo da garantia estendida) ou prorrogado no caso de não conclusão dos serviços.

4.2. O prazo de entrega dos equipamentos é de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4.3. As prorrogações de prazos poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

4.3.1. Não serão computados nos prazos contratuais os dias em que ocorram fatos impeditivos à execução dos serviços, alheios à vontade da contratada, devidamente comprovados e abonados pela Administração, não se encaixando neste item os atrasos de fornecedores, transporte, materiais e equipamentos, bem como problemas com mão-de-obra, e outros vinculados à necessária gerência e previsão do contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos previstos na ação ...

CLÁUSULA SEXTA- DO PREÇO

6.1. O valor global desta contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxx), conforme estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QTD.	Marca/modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Empilhadeira elétrica patolada	02			
	TOTAL				

6.2. Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário ao fornecimento, montagem e instalação dos materiais), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

7.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito efetuado em conta bancária válida e ativa, informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo pela fiscalização da Nota Fiscal/Recibo, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento, nas seguintes condições e mediante comprovação:

a) CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente válida, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), No corpo dessa Certidão, deve constar a seguinte redação: "*abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.*", que se referem aos débitos previdenciários (INSS);

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante.

7.1.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total;

7.2. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

7.2.1. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

7.3. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficiar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \text{EM} &= \text{I} \times \text{N} \times \text{VP, onde:} \\ \text{EM} &= \text{Encargos Moratórios;} \\ \text{N} &= \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ \text{VP} &= \text{Valor da parcela em atraso;} \\ \text{I} &= \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado: } i = \text{taxa percentual anual do valor de 6\%,} \\ & \quad \text{I} = i / 365 \text{ " I} = (6/100) / 365. \end{aligned}$$

7.5. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/01, não haverá reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

7.5.1. No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

7.5.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

7.5.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

7.6. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

7.7. Ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato no caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O acompanhamento e fiscalização do contrato será de responsabilidade de servidores do TRE/MS, devidamente designados para o encargo, a qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada o fiel e correto fornecimento para fins de pagamento.

8.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

8.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

8.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do fornecimento dos materiais, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

8.5. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito registro formal e informado à empresa Contratada para que proceda à sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

8.6. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

8.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 45 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

8.7.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

8.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

8.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos materiais/serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

8.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, salos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

8.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

9.2. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

9.4. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

9.5. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

9.6. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

9.7. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

9.8. Requisitar a prestação de serviços de suporte/manutenção durante o período de vigência da garantia dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

10.1. Realizar o fornecimento e a prestação de serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Contrato, Edital, e Termo de Referência.

10.2. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

10.3. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes ao fornecimento dos materiais e prestação da garantia, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a execução do contrato, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

10.4. Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em

decorrência de sua condição de empregadora.

10.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

10.7. Prestar suporte/manutenção durante o período de garantia dos materiais.

10.8. A contratada não poderá subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, nem promover a associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, sem que haja prévia e expressa anuência do Contratante.

10.8.1. A responsabilidade por todos os serviços executados, mesmo os subcontratados, é da empresa contratada, que responderá por todas as exigências da contratação, perante o TRE/MS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

11.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Contrato e Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

11.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso no fornecimento do material ou na prestação de serviço, sobre o valor total da contratação, em caso de atraso superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso e limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de 1% (um por cento) do valor total da contratação, por dia de atraso, no atendimento de chamado de assistência técnica / garantia;
- c) de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, caso ocorra mais de 3 (três) advertências por escrito referente a mesma falha, ou mais de 5 advertências no computo geral da contratação, ou ainda, caso ocorra descumprimento de cláusulas contratuais;
- d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa deixe de emitir ou encaminhar documento fiscal imprescindível ao pagamento;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- f) de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

11.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

11.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

11.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

11.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

11.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevenido.

11.5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

11.6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11.6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

11.6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

11.7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

11.7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

11.8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 11.6.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

12.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

12.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

13.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público.

13.3. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

13.4. A substituição do endereço eletrônico utilizado pelo proposto/responsável da contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. O foro da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xx de xxxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 14/10/2020, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0914712** e o código CRC **FE9B2B56**.